



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

PRESIDENTE: PAULO FRANGE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 14 DE DEZEMBRO DE 2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Documento lido não transcrito

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 37ª Audiência Pública do ano de 2022.

Essa audiência pública está sendo transmitida ao vivo pelo endereço www.saopaulo.sp.leg.br e pelo YouTube, canal da TV Câmara São Paulo, pelo Facebook da Câmara Municipal de São Paulo e TV Câmara canal 8.3.

A audiência vem sendo publicada diariamente desde o dia 8 de dezembro passado, no *Diário Oficial da Cidade*. Inscrições já foram feitas previamente *on-line* e as presenciais serão feitas aqui. Essa audiência é referente ao Requerimento apresentado pela Vereadora Silvia da Bancada Feminista, com o seguinte teor:

- É lido o seguinte (*Requerimento de convite ao Sr. Levi dos Santos*).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Informo que estão presentes na audiência os Vereadores e Vereadoras membros da Comissão anterior: Ely Teruel, Donato, Goulart, Silvia da Bancada Feminista e Fabio Riva.

Recebemos um documento resposta ao ofício, encaminhado à Comissão, com relação ao convite feito pela Vereadora Silvia.

- É lido o seguinte (*Resposta Ofício 1023/2022 - convite para participar da reunião de 14/12*).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Portanto, ele não está presencialmente. Encaminhou um texto justificando que não estão ainda concluídos os estudos.

Vou passar a palavra à Vereadora Silvia, autora do Requerimento, para que faça uso da palavra.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Obrigada, Presidente. Cumprimento o

Líder do Governo Fabio Riva que está na nossa Mesa, também saúdo nossos colegas que estão de forma virtual, bem como todo o público e a população que está de forma presencial e *on-line* nessa audiência.

Essa audiência foi solicitada, inicialmente, por mim e pelo Vereador Antonio Donato, que chegará em breve, a fim de que pudéssemos ouvir o Presidente da SPTrans, Sr. Levi, sobre os estudos em relação à Tarifa Zero que foram encomendados pelo Prefeito Ricardo Nunes.

Nossa intenção é que esse debate venha para a Câmara Municipal, porque é o espaço em que a população mais tem acesso; é o espaço em que ocorrem as audiências públicas; é o espaço em que a população tem voz, pois tem de ter voz mesmo. Então, a nossa intenção, inicialmente, era de que ele viesse para apresentar –mesmo que não tivesse esse estudo concluído – as linhas gerais do que está se pensando para essa implementação da Tarifa Zero na cidade de São Paulo.

Como ele disse que não viria, mandou uma carta dizendo que como não tinha sido concluído o estudo, não participaria da audiência. Nós vamos realizar a audiência mesmo assim, porque temos vários representantes da sociedade civil presentes. Temos, aqui: o representante da Fenametro; o representante do Sindicato dos Metroviários; estou vendo o pessoal do Movimento Popular pelo Metrô no Jardim Ângela; há também idosos muito interessados, porque tiveram esse direito do passe livre do idoso retirado há um tempo atrás; temos também o Presidente do Idec. Portanto, queremos aproveitar o momento para ouvir a sociedade civil e os movimentos sociais em relação a essa demanda.

Do ponto de vista do nosso mandato, julgamos que a questão da Tarifa Zero é um direito, em primeiro lugar. Deveria ser um direito: o direito ao transporte, o direito à cidade. Deveria existir, como existe o direito à saúde, o direito à educação, o direito à mobilidade e o direito à locomoção. Em uma cidade tão grande como São Paulo, são direitos primordiais.

Temos, inclusive, estudos que mostram que jovens e adolescentes não conhecem nem a Avenida Paulista, porque não conseguem sair do Grajaú e vir para cá, em uma atividade de teatro, em uma atividade cultural. Não conhecem a cidade. São Paulo é muito grande, tem

uma periferia imensa e essa periferia normalmente está excluída dos espaços mais centralizados, os espaços justamente onde estão as atividades culturais, os museus.

E ainda há toda a questão social, que é o valor do transporte em uma situação de crise, em uma situação de fome, em que muitas das pessoas não se locomovem para poder justamente economizar no transporte: 48% da população deixa de visitar seus parentes e seus familiares, porque não têm o dinheiro para o transporte.

Portanto, estamos debatendo não só o direito a ir trabalhar, porque há o vale-transporte. Existe toda uma discussão de uma possível mudança dessa legislação federal, para que, ao invés do empregador pagar diretamente para o empregado, que se fizesse um fundo com esses recursos, possibilitando ser implementada a Tarifa Zero. Além de que há outras fontes de financiamento também.

Então, em primeiro lugar, queremos debater o direito à cidade e o direito a essa mobilidade urbana. E, em segundo lugar, queremos debater exatamente o financiamento disso. Quem vai financiar? Quem vai pagar a conta? De onde vão sair esses recursos? Quais são as fontes financiadoras? Pode ser uma fonte? Podem ser várias fontes? Exige mudança, na legislação federal, para que possa ser implementado na cidade de São Paulo?

Já existem 50 cidades no Brasil com Tarifa Zero, com vários modelos, inclusive, sendo implementados. E é óbvio que a implementação de um modelo de Tarifa Zero na maior cidade do Brasil e da América Latina poderia servir para que se estendesse a todos os municípios do Brasil e realmente tivéssemos, no nosso país, o direito à cidade garantido – não só para aqueles que têm condições financeiras para se mover, mas também para toda a população.

E uma última questão que acho muito importante, não menos importante, que é a questão ambiental. Precisamos investir em transporte público de massa, ao contrário do investimento em rodovias, em estradas, no transporte individual. Sabemos que o modelo implementado no Brasil há décadas é o modelo que prioriza o transporte individual. E nós precisamos, pelas condições que temos hoje, em uma cidade como São Paulo – e mesmo em outras cidades do Brasil – investir massivamente no transporte público, mais metrô. Há o pessoal

do Metrô do Jardim Ângela, que reivindica o alcance desse equipamento lá há muito tempo. Então, quanto mais metrô, mais trens e mais ônibus nós tivermos, mais acesso essa população vai ter ao direito à cidade.

Inicialmente é isso, Presidente Paulo Frange. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereadora Sílvia.

As inscrições estão abertas. Tem a palavra o Vereador Fábio Riva.

O SR. FÁBIO RIVA – Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Quero cumprimentar a Vereadora Sílvia, todos os Vereadores presentes nessa audiência pública e saúdo o público em geral.

Sr. Presidente, esse é um assunto bastante complexo. É importantíssima essa discussão. Quero ressaltar a coragem do Prefeito Ricardo Nunes em colocar esse assunto: de você trabalhar e pensar em Tarifa Zero em uma cidade-Estado-país como São Paulo. Não é algo muito simples. Por isso, achei pertinente a carta enviada pelo Sr. Levi, Presidente da SP Transporte, a essa Comissão, bastante respeitosa, no sentido de aguardar um pouco mais, aguardar mais dados que possam subsidiar qualquer colocação do Executivo Municipal nesta Casa de Leis.

Aqui também é o fórum de discussão de projetos de grande envergadura para a cidade de São Paulo e este, entendo, é um dos maiores projetos que visam o caráter social. Social, porque atinge não só a população que tem condições, mas principalmente a população que não tem condições de arcar com uma tarifa do transporte público na cidade de São Paulo.

O Prefeito tem sido bastante responsável, inclusive em suas falas, suas colocações, aguardando esse estudo de viabilidade, até porque isso tem um impacto nas contas públicas. E, como foi bem-dito, precisamos entender de onde vem essa fonte de receita para poder custear essa Tarifa Zero na cidade de São Paulo.

Algumas sugestões são dadas. Acho que é importante, inclusive essa própria audiência pública, ouvindo a sociedade civil organizada, alguns movimentos, que tenham também alguns outros estudos de algumas outras cidades. Eu mesmo me debrucei em fazer

uma pequena análise, mas o município que usei como paradigma é um município muito pequeno, são 17 ônibus, então, para trazer para uma frota de mais de 12 mil ônibus na cidade de São Paulo, com um número enorme de passageiros, e o que eventualmente geraria essa Tarifa Zero é também o aumento de passageiros.

Porque, vejam, ao fazer isso, começamos a fomentar o transporte público de grande massa na cidade de São Paulo, que acho ser mesmo o objetivo das grandes metrópoles.

Portanto, estou muito atento a isso. O Prefeito Ricardo Nunes é, repito, corajoso em poder fazer esse estudo, trazer esse debate, não só para a Câmara Municipal, mas é um debate para a cidade, Vereador Paulo Frange. V.Exa. sabe que eu ando nas franjas da cidade, principalmente na região Noroeste, e quando foi noticiada a questão da Tarifa Zero, Vereadora Silvia, muitas pessoas perguntaram: "Mas isso é verdade? Pode acontecer?". E a mesma fala que disse a eles, repito agora: "Vamos aguardar os estudos, não queremos criar nenhuma expectativa que não seja real", afinal, precisamos ter essa responsabilidade como pessoas públicas e como representantes do povo, no sentido de levarmos realmente aquilo que pode, sim, acontecer. Mas, qual é o tempo, qual é custo, da onde vem essa fonte de receita, qual é o período que isso pode ser implementado.

Acho que essa é a nossa posição agora, de respeitar, sem dúvida nenhuma, todas as opiniões, mas aguardar o estudo mais aprofundado, técnico, para que possamos voltar. Espero que logo no início do ano que vem, com esses estudos, com a fala do Presidente da SPTrans, inclusive com a própria manifestação do Sr. Prefeito quanto à viabilidade ou não dessa tarifação zero na cidade de São Paulo.

Sou um entusiasta dessa matéria, entendo que é um estudo que precisamos nos aprofundar. Quem é que não quer dar essa gratuidade, de forma expressa, a cada um dos cidadãos da cidade de São Paulo? Não só por questão de trabalho, mas também para o lazer, para o passeio e lazer com a família. E queremos mesmo, cada vez mais, implementar políticas públicas para que possamos ter ainda mais corredores de ônibus, o BRT, agora anunciado para a Radial Leste. Mas esse estudo tem de ser feito, não só pelo município, mas também pelo

Governo do Estado, porque toda a malha ferroviária é do Estado – metrô, trem. Então, temos também os nossos municípios circunvizinhos que precisam entender qual é essa complexidade e a viabilidade desse assunto.

Sr. Presidente, era só essa colocação. Parabenizar vocês. Peço licença porque vou precisar me ausentar, pois irei para outra audiência pública. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Fabio Riva. Minha manifestação também é muito rápida, mais ou menos no mesmo sentido.

Acho que é a primeira vez que temos oportunidade de tratar sobre esse assunto, e acredito que, daqui para a frente, o faremos com muito mais frequência. É uma atitude bastante corajosa, bastante ousada, do Governo Municipal, do Prefeito Ricardo Nunes, tratar desse assunto, nesse momento. Mas temos de levar em consideração alguns aspectos. O primeiro, é que realmente é um estudo de alta complexidade, não é um estudo simples, e nem simplesmente dar Tarifa Zero.

Precisamos avaliar o impacto no aumento da demanda pelo transporte público com tarifa zero, com certeza, temos que redimensionar nossa frota. Temos que fazer um estudo principalmente de onde seria mais comum a busca dessa tarifa na cidade de São Paulo, são áreas extremamente grandes. Não podemos esquecer que nós estamos interligados como vizinhos de parede com mais 17, 18 municípios e fazemos parte de uma região metropolitana com outros 38 municípios.

Temos que encontrar a solução com o Estado, para que possa haver uma solução que contemple, principalmente, a integração com os outros modais: trem e metrô. Portanto, há necessidade de participação nesse estudo, nessa discussão, do Estado com o município.

Certamente, o usuário de baixa renda será beneficiado, mas o grande ganhador, com certeza, será o clima. Com o aumento da demanda do transporte público, vai diminuir a situação de veículos que, muitas vezes, são muito antigos e poluem muito mais do que os veículos mais modernos, que utilizam energia um pouco mais limpa; e isso causa um impacto muito grande no clima.

Então, será um passo importante – não só na mobilidade, mas também com relação ao clima de São Paulo, que tem muito mais vantagem, nesse momento, dada a sensibilidade do Governo em tratar o transporte com tarifa zero. Mas a integração desse assunto com o Estado é fundamental. O palco para tratar desse assunto é justamente neste espaço da Câmara Municipal de São Paulo, da Assembleia Legislativa, do Palácio dos Bandeirantes e da Prefeitura do município. Nós estamos muito próximos e esse é um assunto muito importante.

Não devemos esquecer de que o Governo Federal com certeza tratará desse assunto também na esfera federal. Nós temos outras metrópoles e não temos nenhuma experiência na América Latina desse assunto. Então, com certeza ele será replicado nas discussões do Governo Federal.

As sessões estão encerradas. Tem a palavra o Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Sr. Presidente, só para eu fazer uma participação, corroborando tanto com a fala de V.Exa. como com a do Líder do Governo. Eu acho que o início de um estudo é muito importante, demonstra muita coragem e, mais uma vez, essa grande metrópole sai à frente no assunto.

Estamos em um momento em que esse assunto já vinha sendo discutido e, pensando na sustentabilidade, falamos dos novos veículos de combustão elétrica. Acho que essa mobilidade é muito importante, aumentando a demanda e a frota de veículos elétricos, acho que vem muito ao encontro da sustentabilidade e será de muita importância, tanto para a população em geral quanto para os que virão a utilizar o transporte com a Tarifa Zero.

E não há lugar melhor para ouvir a população do que a Câmara Municipal. Portanto, quero parabenizar mais uma vez a iniciativa do Prefeito. Acho que com toda essa equipe da SPTrans, especialistas no transporte, assim como na questão da bilhetagem, temos um grande mestre no assunto, que é o Sr. Levi, além de outras grandes personalidades do meio que poderão auxiliar-nos nessa discussão e fazer o melhor. É claro, dentro da legalidade, da legislação, municipal e federal, porque nós teremos que discutir isso a nível de Governo Federal, Congresso, etc.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado, Vereador Goulart, pela contribuição.

Vou passar a palavra aos inscitos. Tem a palavra o Sr. Antonio Pedro, o Tonhão, do Movimento 60+ Gratuidade.

O SR. ANTONIO PEDRO – Bom dia a todas as pessoas presentes nesta importante audiência.

Eu chamaria até de histórica audiência, onde nós pautamos uma luta que vem da década de 80, que diz respeito ao direito de ir e vir, por uma mobilidade mais democrática na cidade, algo que muitas cidades no Brasil já alcançaram.

É sinal de que isso é possível, quando um município, uma Prefeitura, um governo municipal toma uma decisão política de garantir e estender esse direito a todas as pessoas, não apenas aquelas que podem pagar pelo transporte público; de fato, vai tornando a cidade mais humana e permitindo mais qualidade de vida ao seu povo.

Além do Movimento 60+ Gratuidade, faço parte da FACESP – Federação de Associações Comunitárias do Estado de São Paulo – e nós apoiamos essa medida, achamos importante para o direito à cidade, para a melhoria inclusive de outras questões, como o trânsito na cidade, a questão ambiental. Ou seja, há outros ganhos que, às vezes, nem estão computados na proposta, mas que certamente virão.

Achamos muito importante essa decisão do Prefeito Ricardo Nunes de promover esses estudos, porém, tem de haver convicção – não pode ser apenas uma medida eleitoreira. Eu espero que não seja, mas que seja uma determinação mesmo do Prefeito de dialogar com a sociedade, até mesmo com os setores econômicos, para garantir esse direito a todos os paulistanos. Essa medida já existe em outras cidades e, ocorrendo em São Paulo, poderá fortalecer essa luta nas demais capitais.

Aproveito também para dizer que nós, do Movimento 60+ Gratuidade, existimos desde 2020, quando infelizmente esta Casa retirou o direito dos idosos, mas acreditamos que

essa Prefeitura também pode acatar a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo de retomar o direito de todos os idosos da cidade de São Paulo ao transporte gratuito. E assim, nos parece que há uma boa sinalização, de boa vontade, para garantir a gratuidade a todo o cidadão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Sr. Antonio Pedro.

Tem a palavra o Sr. Fernando Veloso, do Movimento contra o Desemprego.

O SR. FERNANDO VELOSO – Bom dia, pessoal.

Essa discussão é muito importante para a cidade, para todo o Estado, pois a luta do passe livre é uma luta velha, da década de 80, 1983, quando houve um movimento de luta contra o desemprego na zona Sul – essa questão do passe livre já era reivindicada.

Então, há toda uma luta dessa discussão em São Paulo, que passou em 92 pelo governo da Erundina, teve um projeto que não foi aprovado na Câmara. É fruto de todo um estudo de muitos anos, como prevê na Constituição de 88, onde se diz que o transporte é um direito do trabalhador, do povo, e um dever do Estado.

Esse projeto está apenas no papel. Então, eu acho que é o momento de o Poder Público realmente iniciar um estudo e colocar, no orçamento, essa proposta, que não é simplesmente uma proposta dos movimentos, mas é um direito do povo, previsto na Constituição: o direito de ir e vir, assim como o direito à saúde e à educação.

Portanto, é uma luta justa e parabenizamos essa iniciativa. Nós, da periferia, estamos presentes para apoiar essa iniciativa e esperamos que não fique só no estudo, porque já existe em outros municípios do Brasil, na prática, como Caucaia, no Ceará; em umas cinco cidades do Estado de São Paulo, no Paraná, em Goiás, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro. É uma questão que está sendo discutida em diversos Estados.

Esperamos que essa questão, que vai beneficiar tanto o meio ambiente, seja levada em consideração, assim como a questão financeira, a questão da pobreza, porque hoje existem mais de 3 milhões de brasileiros passando fome. Então, realmente essa questão do transporte não é fácil.

É uma luta de muitos anos, com o movimento desde 83, de 90, a questão do passe livre de 2013. Esperamos que esse estudo não fique apenas no papel. Estamos presentes para apoiar o projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Marcos Antonio Coutinho, Secretário Executivo da Conlutas Setorial de Transporte.

O SR. MARCOS ANTONIO COUTINHO – Bom dia.

Quero cumprimentar a Mesa, a Vereadora, os dois Vereadores presentes. Essa é uma pauta muito importante no município de São Paulo, e uma das nossas preocupações é incluir os cobradores, 14.041 trabalhadores que estão apreensivos, sem saber como ficarão os seus empregos daqui para frente, com a Tarifa Zero.

Todo mundo fala de Tarifa Zero, mas é lamentável que ninguém se preocupa com os trabalhadores do transporte coletivo. Em anos anteriores, o Prefeito e o Secretário daquela época acabaram com mais de 8 mil cobradores no município de São Paulo, e muitos desses trabalhadores estão desempregados até hoje, desde a época do governo do PT, cujo Secretário era o Jilmar Tatto e o Prefeito era o Fernando Haddad.

Não tenho nada contra essas medidas, mas são medidas que só prejudicam os trabalhadores dos transportes e acabam privilegiando os empresários, como o caso dessas novas empresas. Inclusive, hoje temos uma linha de transporte parada na zona Leste, da Transunião, por falta de pagamento. Ainda, o motorista tem que dirigir, cobrar, lavar carro, abastecer, com um salário muito baixo.

E agora como ficará a situação desses cobradores? Temos a presença de vários trabalhadores do transporte – que peço que se levantem, para o pessoal poder saber que os condutores do transporte estão presentes. Gostaríamos também de que o pessoal do sindicato dos condutores de São Paulo também estivesse presente para discutir, não sei se está presente *on-line*.

Então, é muito difícil para o trabalhador, pai de família. Está todo mundo preocupado

com a situação desses trabalhadores. Já houve até uma fala do ex-Presidente do sindicato que, a partir de janeiro, haverá um aditivo que vai acabar com os cobradores. Inclusive, ele foi cassado, em Sergipe, por corrupção, financiado por grandes empresários. E isso não sou eu que estou alegando: são provas da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

E vem o Prefeito Ricardo Nunes achando que é louvável, que a tarifa tem que ser zero. Mas e quanto a esses 14.041 trabalhadores? Vão fazer o que de suas vidas? Peço aos Vereadores, Vereadora, que nos ajudem nessa questão, porque esses trabalhadores ajudaram muitos Vereadores a serem eleitos; Deputados, Governador, Presidente da República. E são os primeiros a serem excluídos, sem ter onde trabalhar e proteger a sua família.

Então, que realmente essa Tarifa Zero venha, mas que esses trabalhadores, pais de família, sejam amparados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Alexandre Alves, da Luta Ecosocialista.

O SR. ALEXANDRE ALVES – Bom dia a todos.

Eu sou do Luta Ecosocialista, que é da Setorial do PSOL; sou da Setorial da Educação da CSP-Conlutas e acho muito importante esse debate.

Quando a Erundina era Prefeita, ela colocou algumas linhas de ônibus dentro da Cidade Tiradentes, onde havia transporte gratuito. Houve uma época, na USP, em que havia a Ponte Orca, que ligava o Metrô Vila Madalena com a USP. Agora, temos algumas integrações na zona Sul, dos ônibus que vêm de Taboão da Serra, Itapeperica, Embu-Guaçu, que chegam ao Capão Redondo e tem a integração completa.

Então, já existe muita coisa em curso, que vem acontecendo, mas tudo foi retirado. Os ônibus, por exemplo: existe a política de terminal, onde perde-se um tempo danado de transação de terminal para terminal. Existe um custo disso. Não é o assunto do momento, mas a Viação Miracatiba, que sai de Itapeperica, Embu-Guaçu, ia até Pinheiros, por exemplo. Mas a empresa demitiu os cobradores e ela está indo só até a Vila Sônia. Porém, a passagem ainda

continua no valor de R\$ 5,80.

E se fazem tanto estudo, por que as planilhas não são atualizadas para baixo, por exemplo, quando há uma diminuição do percurso, ou quando abaixa o preço do combustível? Por que as empresas não reduzem o preço do transporte?

Estamos falando de um problema muito além do preço, de integração e de mobilidade urbana. O problema de mobilidade já é um caos há décadas, não só em São Paulo, como no país todo e no mundo. Os combustíveis fósseis são finitos, a gente sabe disso. Para além do problema de que eles são poluidores, que atrapalham o meio ambiente e que existe penalização internacional por se investir em combustíveis fósseis, eles são caros e finitos. Então, uma política dessas, para além da política de preços hoje, é pensada a médio prazo e a longo prazo – daqui a 30 anos, 50 anos –, porque esses combustíveis são finitos.

Desse modo, não é que nós podemos e devemos garantir a gratuidade, como o movimento passe livre pedia. Nós devemos, porque esses combustíveis vão acabar daqui a poucas décadas. Imaginem uma metrópole, com mais de 15 milhões de pessoas, sem transporte porque não há gasolina. E o etanol, que foi inventado no Brasil, na época da política do Proálcool, ficou caro também, porque a gente importa petróleo e exporta etanol.

O governo brasileiro está mais preocupado com o agronegócio do que com o transporte do trabalhador e da população. Essas discussões estão todas interligadas. Parabéns ao Prefeito pela iniciativa, mas ela já vem tarde. Em junho de 2013, essa discussão já estava atrasada. Imaginem como está, hoje.

É necessário e vital a gente avançar rapidamente para outra política de transporte, principalmente gratuita para a população trabalhadora, porque o desemprego é outro problema que não é mais temporário. Ele tem sido permanente. Há setores da classe cujos trabalhadores estão desempregados há anos, e esses trabalhadores precisam ir ao médico, precisam sustentar a família, precisam procurar outro emprego ou até fazer renda, já que não conseguem trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Sérgio Renato da Silva Magalhães, Sindicato dos Metroviários.

O SR. SÉRGIO RENATO DA SILVA MAGALHÃES – Bom dia a todas e a todos.

Sou do Sindicato dos Metroviários de São Paulo. A nossa Presidente Camila não pôde estar presente, devido a uma atividade fundamental que tinha, mas o tema Tarifa Zero é uma das bandeiras centrais do nosso sindicato há algum tempo, desde antes de 2013, inclusive.

O lema do nosso sindicato é: “Metrô público, estatal, de qualidade, com tarifa social rumo à tarifa zero”. Nós achamos esse tema fundamental.

Como a Vereadora Silvia falou, o tema de fundo é o direito à cidade, à cidadania. O modelo atual rodoviário e de transporte é um modelo que fomenta a cisão social, em um país em que a distribuição de renda é a que a gente conhece. Ter tarifa significa jogar a população cada vez mais para a periferia, uma política que secciona a cidade.

Milton Santos fez estudos há 20 anos, que confirma o que a Vereadora Silvia falou: a população da periferia não chega ao Centro da cidade. Cria lugares em que não tem diálogo entre a população. Então, o direito à cidade, incluído na Constituição em 2003, pela Deputada Luiza Erundina, é fundamental. E esse é o tema: direito à cidade. Nós queremos trazer para essa discussão a questão do financiamento.

Há algum tempo, essa Casa e a Assembleia Legislativa tinham proposto a obrigatoriedade de que as empresas públicas tivessem seu balanço social publicado. Nós achamos que retornar, à discussão de balanço social, o que as empresas que produzem socialmente para a sociedade, é fundamental. Por exemplo: o balanço social do Metrô; ainda acho que é única empresa que publica anualmente. Dá um lucro social de 12 milhões para a empresa Metrô, porque ao existir metrô, diminui o índice de acidentes de trânsito, diminui a poluição, diminui a questão do combustível.

Então, nós queremos trazer, como parte dessa discussão, o retorno da discussão sobre balanço social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Passo a palavra ao Sr. Paulo Pazin, da

Federação Nacional dos Metroviários.

O SR. PAULO PAZIN – Boa tarde a todos.

Se o transporte é um direito social, a premissa inicial é que ele tem que ser universal e gratuito para todos, até porque eu vi uma matéria interessante do Lúcio Gregori. Acho que todo mundo sabe: Lúcio Gregori foi Secretário da gestão da Erundina, foi o primeiro que levantou essa tese de Tarifa Zero. Ele fala de uma coisa interessante: “o direito aos outros direitos é viabilizado pela mobilidade”. Para ir ao médico, você tem que pegar transporte; para ter educação, você tem que pegar transporte. Então, mesmo que esses direitos sejam gratuitos, se o transporte não for gratuito, você está pagando para ter acesso a esses direitos. Então, esse tema é fundamental.

Gostaria, nesse sentido, de colocar outra questão. Eu não começaria esse debate sobre o problema de quem financia, porque tem que ter dinheiro. É o mesmo debate que está tendo agora no país com o mercado. Quem financia o Bolsa Família? Tem que financiar, porque é uma necessidade do povo.

Da mesma forma, nós temos que buscar daqueles que têm privilégios, daquele que tem dinheiro. Por exemplo, eu pago IPVA, todos nós pagamos IPVA de nossos carros. Os ricos não pagam de seus jatinhos. Então, é um debate para São Paulo, mas o debate tem que ser centralmente esse. Nós temos que garantir.

Por último, há um problema com as tarifas em São Paulo. Esse debate tem que ser estadual também, porque envolve o Governo do Estado. Por exemplo: a linha 4 Amarela cobra R\$ 6,15 do usuário. Nós pagamos R\$ 4,40. Sabem como vai o dinheiro para eles? Vai o dinheiro tirado do Metrô, estatal. Então, já há subsídio para iniciativa privada e grande. Você está inviabilizando.

Concluindo, eu vi a repórter conversando com a Vereadora Silvia, que fala do problema da lotação. É um problema de lotação do sistema, que na verdade é a solução. Nós queremos ampliação dos sistemas. Precisa de muito mais Metrô em São Paulo, precisa de muito mais ônibus. E aí, ajuda a categoria dos condutores, porque haverá mais profissionais para poder trabalhar, mais motoristas. Quem disse que se você tiver Tarifa Zero não precisa ter gente para

ajudar o motorista? Você tem que ter, da mesma forma, porque não é o fato de não se cobrar, que o motorista deva ficar sozinho dentro do ônibus com a responsabilidade que é dirigir na cidade de São Paulo.

Obrigado (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Passar a palavra ao Sr. José Geraldo Araújo, SOS Transporte.

O SR. JOSÉ GERALDO ARAÚJO – Bom dia a todos.

Meu nome é Geraldo, eu sou representante do Movimento SOS Transporte, e do Fórum do Fundão, que atua no Fundão de M'Boi Mirim. Essa questão de mobilidade para nós, é de suma importância, porque estamos em uma região muito difícil, um trânsito absolutamente estrangulado, com uma via que tem apenas uma pista. A gente vem em uma luta muito antiga pela duplicação da M'Boi Mirim. Passam governos e nunca fizeram a questão de prolongar o Metrô Capão Redondo até o Jardim Ângela, que nos ajudaria bastante. Entram os sucessivos governos do PSDB que prometem e nada fazem.

Pois bem, ficamos felizes com essa proposta do Sr. Prefeito Ricardo Nunes. Recebemos com muita alegria a proposta de implantação do passe livre na cidade São Paulo, mas também com muita desconfiança, porque sabemos que o Prefeito Ricardo Nunes é o sucessor de governos do PSDB.

O Ricardo Nunes era o vice-prefeito do Bruno Covas. Se voltarmos um pouco na história, vamos ver que quem criou, por exemplo, o bilhete único na cidade de São Paulo: foi a Prefeita Marta. O bilhete único foi criado dando direito ao cidadão de ter acesso à cidade. O bilhete único, originalmente, previa quatro integrações com três horas de período. Era uma tarifa integrada por três horas de período e quatro integrações. Os governos deles foram lá e restringiram, para apenas duas integrações e duas horas de período.

O Governo do PT, Fernando Haddad, concedeu, às pessoas maiores de 60 anos, o direito à tarifa livre. Eles foram lá, tiraram e agora teve que ter o julgamento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para devolver esse direito aos idosos. O Governo Haddad também

concedeu a todos os estudantes – claro que tinha uma avaliação socioeconômica – e eles foram lá e restringiram também; dentre várias outras coisas. Então, o representante de Governos, que por sucessivas vezes, adentrou quanto ao direito de o cidadão ter acesso a cidade, agora, estranhamente, apresenta um projeto que implanta o passe livre na cidade São Paulo... é, no mínimo, estranho. Dá impressão que é um factóide, mas torço para que não seja. Dá impressão de que é uma atitude minimamente eleitoreira. Mas esperamos que não seja.

Estamos aqui para dizer que somos a favor do passe livre. Já fizemos várias lutas por isso, mas é preciso que o Governo realmente tenha sensibilidade para realmente implantar isso; não apenas criar factóides, para fazer com que ele seja favorecido no próximo pleito eleitoral. Tem que ter essa preocupação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Passo a palavra a Sra. Maria do Socorro Lopes, de Itaquera, do Grande Conselho.

A SRA. MARIA DO SOCORRO LOPES – Bom dia, a todos. Estão surdos? Bom dia!

Estou estranhando. Uma pauta tão importante, um projeto necessário. Eu não precisava nem estar aqui. Eu sou aposentada, não pago ônibus, conheço os meus direitos e deveres. Eu falei: quando houve o manifesto para 60+ não pagar, eu estava à frente. Agora, o que me admira é isso. Onde estão os conselheiros, os representantes da população idosa? Onde estão? Vocês me respondem? (Pausa)

Gente, esse negócio de pegar, voltar, subir e descer. Eu passei quase uma hora esperando o elevador, 8º andar. Não respeitam a pessoa idosa. Esta é a Casa do Povo, Casa de Leis. E aí? Onde estão os representantes da Lei?

Infelizmente, eu acho que – desculpa, sem ofensa – enquanto a pessoa tiver caráter e olhar seus cabelos brancos no espelho, que não estão nos representando. Eu atuo em Itaquera no Conselho do Idoso há 30 anos. Já participei do Conselho nas gestões Marta, Mário Covas, Fernando Henrique. Conheço a fundo. Para que construir com as pessoas que não representam ninguém, nem a eles próprio? Então, os vereadores são capazes. É só querer.

O dia em que eles acharem que nós, periféricos, temos valor, porque nós colocamos e tiramos os nossos representantes. Nem todo mundo é idoso, nem burro. Atuo há 30 anos e muitos daqui me conhecem. Então, é bom vocês fazerem a explanação, chamar e comunicar qualquer audiência que tiver, em vez dos colarinhos brancos e transmitir para periferia o que vocês estão discutindo. Só sei por que tenho amizade e acompanhamento, porque, infelizmente, só lembram da periferia em tempo de eleição. Vão lá se fazendo de bonzinhos. A obrigação é transmitir.

Lá há Subprefeitura, Secretarias. Há muita coisa. Desculpa, estou encerrando. Mas estou comunicando: apontem o olhar para periferia, porque os idosos votam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Sra. Maria do Socorro. (Palmas)

Passar a palavra ao Sr. Luiz Fernando Di Pierro.

O SR. LUIZ FERNANDO DI PIERRO – Bom dia a todos.

Vim apenas trazer uma sugestão técnica para o grupo que está fazendo o estudo de viabilidade. Eu vi, nessa audiência, que várias vezes foi mencionado um fato existente: a desigualdade socioespacial da mobilidade. Há gente que pode pagar e há gente que não pode pagar. Foram mencionados os jovens da região Sul que nunca foram para a Faria Lima, porque não têm como pagar e há gente que pode pagar. Então, se existe desigualdade socioespacial, por que vamos implantar a igualdade da Tarifa Zero?

Então, eu vou propor um estudo que deve delimitar, na cidade, faixas – vamos chamar assim. Não quero chamar de “faixas de pobreza”, por soar pejorativamente, portanto: “faixas de estrato social” ou de “estrato de renda baixa”. Manchas, guias, faixas. Com o GPS do validador, é muito fácil conectar quando o ônibus está nessa faixa e quando que não está. E aí, a tarifa é zero. Você não precisa trocar o *smart card*, não precisa demitir o cobrador, você não precisa mudar nenhuma tecnologia. Não precisa nem de cadastro.

Além disso, a SPTrans e a Prefeitura continuam com a função fundamental do transporte, que é a gestão da tarifa. Se nós fizermos Tarifa Zero, não há mais gestão de tarifa. Só possui gestão de custo. Gestão de custo é baixar custo. Baixar custo é baixar qualidade.

Então, eu sugiro ao Sr. Presidente e à Câmara de Vereadores, que inclua, no escopo do estudo, essa possibilidade de estudar, geograficamente, as manchas, estrato social de baixa renda e que somente nesses lugares a tarifa seja zero, ou seja, a pessoa vai ter tarifa zero na ida e não vai ter tarifa zero na volta. É um subsídio de 50%. E pode-se pensar, depois, em monitorar esse processo de tarifas de subsídios cruzado, de gestão de tarifa, enfim, ter algo mais viável para a população de São Paulo, resolvendo o problema de desigualdade socioespacial. A Tarifa Zero não resolve o problema de desigualdade socioespacial. Ela continua existindo.

Com essa tarifa diferenciada, especialmente, para as populações mais pobres, nós estaremos promovendo a redução da desigualdade socioespacial. Não fiz uma proposta de decisão, mas uma proposta de estudos. Essa é minha contribuição.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado. Passar a palavra ao Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Bom dia, a todos.

Quero cumprimentar a todos em nome do Sr. Presidente Paulo Frange, a Vereadora Silvia, que fez requerimento para essa audiência. Esse é um debate desde a época do Governo Luiza Erundina, quando Lúcio Gregori fez essa proposta.

Fazer essa discussão é garantir o transporte para as pessoas, é garantir o direito à cidade. O direito à cidade é renegado a boa parte das pessoas que moram na periferia, que muitas vezes não têm dinheiro para pegar uma condução para ir a qualquer lugar. Quando estamos fazendo essa discussão, estamos falando de direitos como o direito à Educação, à Saúde. Entendo que temos que discutir financiamento, mas além do financiamento, temos que discutir o direito que as pessoas têm à cidade. Esse é o meu ponto de vista de prioridade: além de ser discutido como um direito, quantos benefícios irão trazer para a própria cidade.

Eu estava em outra reunião, ouvindo essa audiência pública e ouvi o Vereador Frange corretamente dizer que tem de ter um estudo, porque vai aumentar a demanda. Então, tem que pensar também na frota, em como vai ser. Há cidades que já implementaram a Tarifa

Zero e com isso, aumentou duas vezes mais o número de usuários. Há cidades que aumentaram três vezes. Já imaginaram o quanto isso é benéfico? Aumentar o número de usuários significa que o transporte individual, o carro, ficou na garagem.

O quanto de impacto isso vai trazer para a cidade, na questão da melhoria do trânsito? Empresas saindo da cidade São Paulo, porque está impossível de fazer a logística das entregas dos produtos. Isso vai beneficiar muito a cidade de São Paulo, a melhoria do trânsito; fora isso, vai gerar muito mais pessoas que irão se locomover na cidade com a criação de novos empreendimentos. Pessoas que vão abrir novas firmas, com isso, gerar pequenos empreendimentos. Isso vai fomentar e muito a economia, não podemos ver só a questão de custo. Temos que ver o impacto que vai ter no dinamismo da economia na cidade de São Paulo e na diminuição do trânsito. Não só o impacto na economia, como em várias outras áreas na cidade de São Paulo. Por isso, acredito que esse debate é de grande relevância. Parabênico, mais uma vez, a Vereadora Silvia.

Dizer também que ouvi a fala dos cobradores. Já tramitou, nesta Casa, um PL – inclusive nós, do PSOL, voltamos contra, na época – para não tirar os cobradores. Agora, temos que pensar em como inserir esses profissionais nessa discussão, para que possamos conseguir qualificação e requalificação para aqueles que queiram ser motoristas; poderem ter essa possibilidade e aqueles que não quiserem.

Por exemplo, há uma discussão com as pessoas com deficiência, de que é necessária uma pessoa auxiliar, mesmo que não vá cobrar a tarifa no ônibus, porque há muitas reclamações das pessoas com deficiência, dizendo que o motorista tem que descer para ajudar eles a subirem ou entrarem no ônibus, ligar o elevador. Infelizmente, muitos deles não querem fazer isso – acabam falando que elevador está quebrado. É muita função para uma pessoa só. Dirigir nesse trânsito caótico e ainda fazer outras funções.

Então, temos como fazer esse debate e eu tenho certeza de que os companheiros cobradores vão estar inseridos nesse debate. Nós vamos achar soluções comuns para todos e todas. Está bom?

Um grande abraço. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Professor Toninho Vespoli. Sr. Rafael Calabria, do Idec?

O SR. RAFAEL CALABRIA – Boa tarde a todos.

Sou Rafael Calabria. Coordeno a área de mobilidade urbana do Idec, que é o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e temos estudado a pauta da Tarifa Zero no Brasil e em algumas outras cidades do mundo. Fizemos alguns eventos, já, sobre esse tema. Por isso, para nós, é tão interessante e importante essa pauta ser colocada em São Paulo.

Diria mais: isso é mudança de posicionamento da Prefeitura. É preciso apontar que essa gestão vinha atuando no sentido contrário a esta pauta. A gestão cortou o vale-transporte. Cortou a gratuidade dos idosos. Piorou o Bilhete Único Mensal, quase inviabilizando-o. Atrapalhou o passe livre dos estudantes. Houve um monte de retrocessos. Para nós, é importante ver, agora, uma mudança de entendimento e uma sinalização da Prefeitura de entender a pauta e querer avançar – estudar a pauta, pelo menos.

Como o Vereador Professor Toninho Vespoli falou, antes de mim, temos inspecionado as cidades que têm adotado isso e é impressionante ver o aumento do uso. É triste ver o quanto a tarifa é, hoje, uma barreira social de acesso das pessoas ao transporte. É por isso que é importante debater e aprofundar esse tema. Além do aumento do uso, as pessoas consomem mais. Vão ao Centro. Gastam mais. Há o aquecimento econômico da cidade, o que seria muito importante em uma cidade como São Paulo.

Quero trazer o relato da cidade de Mariana, em Minas, cidade histórica que tem uma extensão muito grande e bairros afastados, bairros rurais. A Prefeitura relatou que as pessoas estão indo ao Centro, também, para vender a produção hortifrúti. Então, além de consumir, é uma oportunidade de trabalho para as pessoas. É um impacto social, econômico e financeiro para a cidade. É muito, muito importante. Não pode ser menosprezado. É por isso que é importante avançar.

Quero mencionar mais três pontos. O primeiro são os desafios que a Prefeitura tem,

pelo tamanho de São Paulo. É óbvio que tem de se aumentar a frota. Isso é natural da redução da tarifa, mas tem de haver um diálogo com o Metrô, porque, se for só em um sistema, vai acabar canibalizando o outro. Não dá para o Metrô continuar a quatro reais e o ônibus ser zero. Então, tem de se fazer esse diálogo.

Quero dizer também, para os trabalhadores, que defendemos que eles não sejam reduzidos, porque o cobrador nunca foi só cobrador, no ônibus. Ele ajuda idosos, deficientes. Ele presta um monte de serviços. O paralelo que fazemos é com o Metrô, também, onde você tem a bilheteria que faz a cobrança – e essa função, sim, pode ser reduzida –, mas há auxiliar de bordo, que auxilia a viagem, que atende pessoas, que presta outros serviços que não são a cobrança. Então, na nossa visão, o trabalho do assessor de bordo – na função que tem de ser dialogada com vocês, é claro – é uma revisão da função do cobrador. Isso é necessário, mesmo com tarifa zero geral.

O último ponto que eu quero mencionar é essa visão que não é só uma questão de cobrar do usuário. A pessoa que não paga a tarifa faz muito mais viagens. É, de fato, uma questão de acesso. Por isso, é um erro quando a Prefeitura anuncia que, com a redução dos idosos que ela fez no ano retrasado, vai arrecadar 300 milhões. Ela não vai, porque o idoso não vai pagar a passagem. O idoso vai circular menos. Então, não é só uma questão de atender à baixa renda. A tarifa zero tem de ser para todos, para que todos possam usar o ônibus quando quiserem, para o que quiserem, para lazer, para trabalho, sem ter de pagar no deslocamento. Paga-se no imposto. Quem tem mais, paga mais imposto. Quem tem menos, paga menos. Aí, o acesso fica livre.

Obrigado, gente. Um abraço. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Senhores, eu peço paciência por dois minutos. Vou suspender a presente sessão, para poder cumprir uma formalidade.

Está suspensa a presente sessão.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Reabertos os trabalhos da audiência pública

do requerimento da Vereadora Silvia da Bancada Feminista. Passemos aos oradores inscritos.
Ainda há...

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Só corrigindo: é meu e do Vereador Antonio Donato. Nós dois convocamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Isto: Vereadora Silvia da Bancada Feminista e Vereador Antonio Donato. Desculpe-me. A próxima é de um requerimento do Vereador Antonio Donato.

Sra. Renata Esteves está presente? (Pausa) Sr. João Moreirão? Está aqui.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Bom dia, Srs. Vereadores.

Primeiramente, desejo cumprimentá-los pela iniciativa. Acho muito importante esse debate. Eu já ouvi diversas razões, achei todas muito importantes para essa a questão da Tarifa Zero e eu queria incluir outro aspecto.

Reparem bem: quando projetos são do interesse do Executivo, são propostos os PLs sem qualquer estudo técnico. São aprovados. São sancionados no mesmo dia e publicados, no dia seguinte, no *Diário Oficial*. Onde está o estudo técnico? “Vamos ver o que acontece depois” – quando é do interesse do Executivo.

Agora, neste caso, é claro que tem de haver estudo, mas vejam: o Presidente da SPTrans não veio, porque ainda não tem os estudos completos. Ele não pode dizer o que é que está propondo de estudo, o que é que está fazendo, por quais caminhos está indo? Ele não pode vir ouvir a população e as lideranças, até para ajudar a aprimorar o estudo dele? (Palmas)

Eu gostaria de dizer o seguinte: quando são projetos do interesse do Governo, esta Mesa fica lotada. Vem o Executivo, vêm Secretários, vem todo mundo. Trazem até o cachorro, o gato e o síndico do prédio para acompanhá-los. Hoje, infelizmente, nós só temos três Vereadores que querem discutir o assunto com a sociedade, que acham importante ter esse debate. Nós tivemos presente o Líder do Governo na Câmara, que fez um rápido discurso e foi embora.

Quer dizer... Então, eu fico me perguntando: o Executivo, que cassou o direito dos

idosos entre 60 e 64 anos – inclusive, eu já andava de graça e deixei de andar; agora, eu voltei, porque também fiquei mais velho –, teve uma decisão do Tribunal de Justiça que determinou, que foi inconstitucional tirar e o projeto de orçamento do Executivo, nesta Casa, só prevê esse direito para os idosos de 60 a 64 no CadÚnico. Então, não consegue nem cumprir uma sentença judicial, de um direito que já existia e está propondo? Eu sou muito a favor do passe livre, mas eu quero saber o seguinte: é sério ou é campanha eleitoral? (Palmas)

A questão é essa. Fica divulgando: “Ah, vou fazer o passe livre e tal”. “Vai para todo mundo”. “Vai ser ‘liberou geral’”. Porém, sequer conversa, primeiramente, com o Governador, para ter uma paridade com o Metrô? Ou o Metrô vai virar apenas um transporte para a classe média com dinheiro, porque vai todo mundo para o ônibus de graça? Não existe isso, aí. Então, a questão que eu quero levantar é essa.

Eu quero parabenizar os Srs. Vereadores pela iniciativa, por esta discussão, mas eu quero dizer que eu não estou acreditando na seriedade do Executivo, pelo interesse demonstrado nas ausências desta Mesa, pela espera imensa para fazer um estudo, com o anúncio de algo que não se sabe se vai ser possível, quando sabemos que, quando é do interesse do Executivo, às 20h aparece projeto escrito à caneta em guardanapo de papel, há audiência pública, vem todo mundo. É uma alegria. Aprova-se rápido e sanciona-se na hora. Está certo?

Então, eu quero levantar essa questão e quero convidar o Executivo a estudar, realmente, a fazer um estudo sério. Nós já vimos vários testemunhos. Se não fizer direito, pode haver consequências indesejáveis. Então, tem de se fazer direito, fazer um estudo sério, mas que se faça, porque até agora a única coisa que eu vi foi propaganda eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Sr. João Moreirão. Chamo a Sra. Renata Esteves. Quer fazer uso da palavra agora? É a última inscrita presencial.

A SRA. RENATA ESTEVES – Obrigada, Vereador, por ficar para o fim desta parte presencial. Bom dia a todos.

Para quem não me conhece, eu sou advogada e eu ando sempre com este livrinho,

aqui, a nossa Constituição, que tem um preciosíssimo artigo 37, que trata dos princípios da Administração Pública e, dentro deles, estão os princípios da lealdade e da moralidade. Por que é que estou dizendo isso?

Exatamente na sequência do que o Moreirão disse, digo aos senhores o seguinte: surpreende muito o que faz essa Administração Pública. Sempre pedimos máxima atenção aos Vereadores, que devem fiscalizar o Poder Executivo, pelo seguinte: quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade que julgou a inconstitucionalidade de alguns artigos, os tais dos “jabutis”, que fizeram retroceder a tarifa grátis – que antes era para pessoas com mais de 60 anos e que passou a ser mais de 65 – a decisão saiu no dia 13 de novembro.

A Prefeitura, nessa ação, pediu que houvesse uma modulação, que houvesse um prazo que fosse dado para a Prefeitura se adaptar à decisão do Tribunal. O Tribunal negou a modulação. Então, a Prefeitura sabe, há bastante tempo, o que é para fazer e não faz.

O Moreirão falou da rapidez que a Prefeitura tem para quando é alguma coisa em favor dela. Nesse caso, como não é do interesse dela, o Prefeito e os seus Secretários ficam arranjando todo tipo de desculpa para não fazer, mas nessa ação há um argumento muito interessante. A Prefeitura disse no curso da ação que ela não podia voltar a dar a passagem gratuita para as pessoas entre 60 e 64 anos, porque não há recurso. Então, eu gostaria de que o Sr. Prefeito e os Srs. Secretários explicassem o seguinte: se a Prefeitura não tem recurso para dar tarifa livre entre 60 e 64 anos, como terá para dar o passe livre?

Eu volto ao argumento do Moreirão e parece-me que, com muito respeito, com todo o apoio que devemos prestar ao passe livre, não há possibilidade de o Governo estar falando a verdade. Então, eu gostaria de que o Sr. Prefeito cumprisse o artigo 37 da Constituição e agisse, com seus eleitores, com lealdade e com moralidade, e não viesse, agora, daqui a pouco, pedir votos a essa população, para uma questão em que ele, não só por essa razão, nesse caso, mas por outros, está dizendo claramente que não é verdade, porque ou não é verdade o que ele está dizendo, ou não é verdade o que a Procuradoria do Município disse na Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Então, eu acredito que a população – idosos ou não idosos, todos nós – deve exigir do Sr. Prefeito e dos Srs. Secretários que eles ajam com lealdade e com moralidade com a população da cidade de São Paulo.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Sra. Renata.

Passemos aos inscritos *on-line*: Sr. Gabriel de Andrade Rodrigues dos Santos está presente? (Pausa) Sr. Afrânio Mauricio Horse não está, não é? (Pausa) Sr. Lucas Pereira da Silva? (Pausa) Sra. Rosana Batista de Lucena? (Pausa) Prof. Marcos Rubens Ferreira, da Pastoral da Saúde, está presente? Está presente.

Professor, é um prazer recebê-lo.

O SR. MARCOS RUBENS FERREIRA – Obrigado, igualmente. Primeiramente, boa tarde. Paz e bem.

Para contribuir um pouco com essa questão, eu vou levantar um questionamento que os senhores e as senhoras presentes, bem como quem estiver ouvindo e vendo, talvez já tenham passado em suas vidas. Quais de vocês já usaram um ônibus da operação PAESE do Metrô ou do trem?

Duas semanas atrás, nós tivemos o exemplo de um acidente de transporte de carga nas linhas do trem, em que pararam as linhas de trem de passageiros de uma determinada linha ou de mais de uma linha dentro do município de São Paulo e a população teve de usar o transporte PAESE. O transporte PAESE acaba sendo tumultuado, inflado, multiplicado exponencialmente à quantidade de passageiros, por conta do fato de que uma composição de vagões de trem carrega muito mais passageiros do que um ônibus. Esse é um risco que pode ocorrer com a questão da Tarifa Zero, que tem de ser muito bem estudada.

Eu trago outro exemplo. As linhas que levam do Terminal Lapa à Cidade Universitária têm pouquíssimos veículos e muita demanda, muito estudante. A Cidade Universitária tem um mundo de estudantes em vários horários ao longo do dia e a tarifa é paga. E os ônibus – que ali circulam, fazem essa linha, desde outras linhas que atendem a Cidade Universitária –, os que

saem do Terminal Lapa para a Cidade Universitária, não têm a data de começo de circulação. Provavelmente, são um pouco antigos já, não têm a data de início de circulação.

Agora, voltando à questão central da lide, é necessário modificar viário; é necessário ter faixas exclusivas de transporte público para esses veículos, ônibus, micro-ônibus e lotações, e não ter só corredor de ônibus sentido Centro para o povo que vai trabalhar ou para o sentido para espaços de grande oferta de trabalho, porque o povo quer chegar em casa, a população quer chegar em casa também, rápido e poder desfrutar do seu ambiente domiciliar. Não é só rápido para o trabalho, mas é rápido para a residência também ou, dentro da possibilidade, mais confortável.

Uma outra colocação, considerando o transporte no município de São Paulo exclusivamente. Falou-se bastante dos vizinhos de parede da Grande São Paulo, da região metropolitana. Foi feita uma divulgação muito grande de que todos os ônibus ou uma parcela dos ônibus teria transporte com bilhetagem também, descontando de cartão de débito ou de crédito. Isso acontece só na região central. Foi feita a propaganda de que o transporte público do município teria sinal de *wi-fi*, o que ocorre somente em alguns pontos do município de São Paulo, em alguns bairros, sinal de *wi-fi* dentro de micro-ônibus e de lotação.

E nas linhas do extremo da cidade falou-se muito da região Sul. Vou puxar a bola da Serra da Cantareira – Brasilândia, Pirituba, Jaraguá, Anhanguera, Morro Doce, Perus divisa com Caieiras, Cajamar, Franco da Rocha, Bragança Paulista e outras cidades. É necessário considerar os extremos: população tem, demanda tem. Mas, como o colega falou, propondo o estudo de faixas, manchas coloridas, né... Há manchas de temperatura da cidade onde há muita diferença social, em todo município tem isso e vai ser um sonho ver, um dia, quem sabe, a tarifa reduzida para um real e depois, quem sabe, tarifa zero.

Obrigado pela atenção. Bom trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Senhores, Ryszard Guterman está presente? (Pausa). Há um comprovante de votação. Está aqui. Presença do Sr. Julião Pereira, Assessor Parlamentar da Deputada Leci

Brandão. Muito obrigado pela presença.

Último orador inscrito é o Vereador Donato.

O SR. ANTONIO DONATO – Obrigado, Presidente.

Cumprimento a Vereadora Sílvia pela oportunidade desse requerimento, desse debate. Cumprimento, também, cada uma e cada um dos presentes.

Sei que uma parte dos presentes já está para a próxima audiência pública que iremos iniciar em seguida, que diz respeito à questão do Conpresp, à Rua Augusta, enfim. Mas eu não poderia deixar de falar um pouquinho sobre esta questão.

Primeiro, lamento a ausência da SPTrans. Lamento muito, porque o Presidente da SPTrans disse que não há estudo, mas eu sei que há. Tem estudo das empresas, porque já tem dado circulando. Ontem mesmo, o Prefeito falou que a demanda ia aumentar de 15 a 25%. De onde surgiu esse número? De algum estudo. Então, há tem um estudo. Pode ser preliminar, pode não ser conclusivo, mas estudo há.

Eu gostaria de falar um pouco, pedindo licença para Nelson Rodrigues e falar de *A vida como ela é*. *A vida como ela é* é um conjunto de crônicas de Nelson Rodrigues e que a gente pode acrescentar mais uma. Foi muito bem falado por vários oradores... Esta gestão, desde o Dória, só retirou direitos dos usuários de transporte coletivo: Bilhete Único Mensal; Bilhete Único Semanal; a questão do idoso, que é gravíssima e que tem uma ADI, da Bancada do PT, julgada e que a Prefeitura se nega a cumprir retornando o direito à gratuidade para quem tem de 60 a 65 anos.

Então, por que ela muda de posição, 180°? Porque agora virou interesse dos empresários ter a Tarifa Zero, porque, no mundo todo, depois da pandemia, está caindo o número de passageiros – pelo *home office*, pelos novos modais, pelo Uber, pela bicicleta. Esse é um fenômeno mundial, que os empresários resolveram se adiantar. Ao invés de ficarem brigando por subsídio todo ano, eles querem um subsídio completo. Isso quer dizer que a gente é contra Tarifa Zero, porque eles são a favor? Não, muito pelo contrário. Mas nós precisamos discutir o modelo de transporte. Será nesses contratos? Eu acho que não são adequados. Aí, o

Rafael Calabria pode até falar melhor do que eu sobre os modelos de transporte que existem no mundo.

Há desafios? Há inúmeros desafios. O principal deles é integração. São Paulo é uma metrópole, que não dá para a gente falar de transporte sem falar de metrô e trem. O certo até era falar de transporte metropolitano. Como que isso está articulado com o Governo do Estado? Não dá para falar disso sem falar de financiamento. Eu sei que alguém falou que não precisa discutir financiamento, mas precisa. Porque todo mundo retoma o Lúcio Gregori do Governo da Erundina, mas eu me lembro. Fazem 30 anos.

A Tarifa Zero, da época, estava atrelada à progressividade do IPTU, muito acentuada e que não foi aprovada. Aliás, foi judicializada e não chegou nem a ser votada. Então, estava associada a quem paga a conta. Se a gente não fizer a decisão de quem paga a conta, a conta também não vai fechar. A Prefeitura tem dito que vai substituir o Vale Transporte, já que vai ser tarifa zero, por uma taxa de transporte sobre as empresas. Isso foi dito em algum lugar, mas não está nada no papel. A gente fica pegando, pinçando ideias que estão no ar, e isso a depender de legislação federal.

Então, há várias questões que a gente precisa enfrentar. Enfrentar no sentido positivo, de enfrentar para ter a tarifa zero, mas a gente não pode abstraí-las, porque, senão, vira só... O Prefeito ontem ou anteontem deu uma entrevista e falou: “Não, não é para 2023. É para 2024”. Bom, curiosamente é o ano da eleição. Então, qual o obstáculo de ser em 2023? Por que pode ser em 2024 e não pode ser em 2023?

Então, há muitas questões e são questões que eu estou colocando para a gente analisar e nos organizarmos para pressionar o Executivo. Lamento, mais uma vez, que o Executivo não esteve presente em um debate tão importante. Ele pautou este debate. Foi ele. Bom, o debate existia na sociedade e está pautado desde 2009, 2010. Mas quem retomou este debate foi o Executivo. Então, ele tem obrigação e apresentar para a sociedade todos os passos, discutir as alternativas, ver de que maneira a gente pode construir isso.

Então, era isso que eu queria colocar, algumas observações apenas, mas

lamentando muito que o Executivo não tenha aceito um convite para estar presente e para falar: “Bom, eu tenho esse estudo que vai até aqui, mas eu preciso aprofundar”. Mas, infelizmente, a gente sabe que os estudos que têm lá são os estudos da SPUrbanos, dos empresários.

Então, a gente apela para que o Executivo venha aqui, para que a gente tenha um debate de verdade, que a gente possa preservar os empregos, que a gente não prejudique ninguém, que seja um ganho para a cidade, para a mobilidade urbana, mas não seja só do ponto de vista das empresas, porque, então, a gente começa a desconfiar qual tipo de ganho que vai ter.

É isso. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado, Vereador Donato.

O.K. Não há mais inscritos. Não há mais nada a tratar na presente sessão.

Agradeço a presença de todos os senhores na presente sessão.

A audiência pública está encerrada.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **19757** DATA: **14/12/2022** FL: **30** DE 30
